

Sumário

APRESENTAÇÃO À SEGUNDA EDIÇÃO E AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	17

PARTE I

SEGURANÇA JURÍDICA E COISA JULGADA NO ESTADO CONSTITUCIONAL

1. SEGURANÇA JURÍDICA NO ESTADO CONSTITUCIONAL	23
2. SEGURANÇA JURÍDICA E COISA JULGADA	27
2.1. Âmbito de proteção do princípio da segurança jurídica	27
2.2. Estabilização das decisões judiciais como meio de promoção da segurança jurídica. A coisa julgada	29
3. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA COISA JULGADA NO ESTADO CONSTITUCIONAL (COISA JULGADA PARA QUÊ?).....	33
4. PROTEÇÃO CONFERIDA À COISA JULGADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. A REGRA CONSTITUCIONAL (COISA JULGADA EM QUE MEDIDA?).....	37
4.1. Núcleo de proteção da Constituição Federal de 1988	38
4.2. Coisa julgada como regra ou princípio constitucional?	41
4.3. Necessidade de decisão de mérito sob cognição exauriente. Imperativo do art. 5.º, XXXV, LIV e LV, da CF/1988	44
4.4. Previsão constitucional de flexibilização da coisa julgada. Limites formais e substanciais	48
5. COISA JULGADA E SEU OBJETO (COISA JULGADA SOBRE O QUÊ?)	55
5.1. Considerações introdutórias. Um instituto de natureza processual	55
5.2. Importantes distinções. Conteúdo, eficácia e efeitos da decisão judicial	57
5.3. Definição em Pothier, Savigny, Hellwig e Liebman. Breve panorama	60
5.4. Teoria da indiscutibilidade do conteúdo da decisão	66

5.5.	Teoria da indiscutibilidade do conteúdo declaratório da decisão	70
5.6.	Conclusões	71
5.6.1.	Definição de coisa julgada	71
5.6.2.	A coisa julgada como qualidade do ato decisório	72
5.6.3.	Conteúdo, eficácia e efeitos dos atos decisórios e indiscutibilidade da coisa julgada	76
5.6.4.	Indiscutibilidade e limitação ao elemento declaratório	80
5.7.	Limites objetivos da coisa julgada	83
5.7.1.	Noções iniciais	83
5.7.2.	Coisa julgada e a parte dispositiva da decisão	88
5.7.3.	Causa de pedir e limites objetivos da coisa julgada	91
5.7.4.	Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada	95

PARTE II

COISA JULGADA NO TEMPO (COISA JULGADA ATÉ QUANDO?)

1.	NOTAS INTRODUTÓRIAS	101
1.1.	Delimitação da ideia de limite temporal da coisa julgada	101
1.2.	Crítica à limitação “no tempo” dos efeitos da coisa julgada	103
2.	RELAÇÕES JURÍDICAS INSTANTÂNEAS	107
2.1.	Definição	107
2.2.	Regime de formação da coisa julgada	108
2.3.	Relações instantâneas e limites temporais da coisa julgada	109
3.	RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO	113
3.1.	Definição	113
3.1.1.	Relação jurídica continuativa	114
3.1.2.	Relações jurídicas sucessivas	115
3.2.	Eficácia prospectiva da coisa julgada	117
3.3.	Regime jurídico da coisa julgada	127
3.3.1.	Aptidão para formação da coisa julgada	127
3.3.2.	Limites objetivos da coisa julgada. Peculiaridades	129
3.3.3.	Limites objetivos da coisa julgada e o princípio dispositivo	134

3.3.4.	Eficácia positiva e negativa da coisa julgada. Peculiaridades	135
3.3.5.	Mecanismos para a superação da coisa julgada	136
3.4.	Alteração das circunstâncias fático-jurídicas	137
3.4.1.	Considerações iniciais	137
3.4.2.	“Ação revisional” ou ação de modificação. Prescindibilidade	138
3.4.3.	Fatos decididos e sua alteração	141
3.4.4.	Alteração do Direito vigente	142
3.4.5.	Mudança jurídica por ação legislativa	142
3.4.6.	Mudança jurídica em razão dos precedentes judiciais	145
3.5.	Precedente judicial e ordenamento jurídico	146
3.5.1.	Dinâmica jurídica. O <i>iter</i> de reconstrução do Direito vigente	146
3.5.2.	Importância da unidade do Direito	152
3.5.3.	Modificação no Direito proporcionada pela edição de um precedente das cortes superiores	156
3.5.4.	Decisões que podem ser consideradas precedentes	161
3.5.5.	Vinculação dos precedentes no sistema jurídico brasileiro	164
3.5.6.	Revisão dos precedentes e a alteração do ordenamento jurídico	175
3.6.	Coisa julgada e precedente	178
3.6.1.	Coisa julgada e precedente posterior. Limitação objetiva e temporal da coisa julgada	178
3.6.2.	Coisa julgada e precedente posterior. Desnecessidade da “eficácia vinculante”	187
4.	COISA JULGADA E PRECEDENTE – ANÁLISE JURISPRUDENCIAL	195
4.1.	O julgamento dos Temas 881 e 885 do STF	195
4.1.1.	Considerações iniciais	195
4.1.2.	Os precedentes formados no controle concentrado ou no controle difuso sob o regime de repercussão geral	196
4.1.3.	Sete conclusões decorrentes do julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral	204
4.1.4.	Considerações finais	209
4.2.	Para além dos Temas 881 e 885: outras relações entre coisa julgada e precedente	210
4.2.1.	Considerações iniciais	210

4.2.2.	Tema 136 de repercussão geral	212
4.2.3.	Tema 733 de repercussão geral	214
4.2.4.	ADI 2.418 e Tema 360 de repercussão geral	215
4.2.5.	Tema 100 de repercussão geral e ADPF 615	217
4.2.6.	Temas 881 e 885 de repercussão geral	219
4.2.7.	Tema 1.338 de repercussão geral	220
4.2.8.	Tema 1.361 de repercussão geral	221
4.2.9.	Questão de ordem na AR 2.876	222
4.2.10.	Considerações finais	226
CONCLUSÃO		229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		231